

ANTÓNIO JOSÉ DE FREITAS DESTACA IMPACTO DA RENDA

Espaço comercial poderá ocupar Cartório

O Provedor da Santa Casa da Misericórdia recebeu uma proposta de um empresário local que gostaria de ocupar o espaço onde se encontra actualmente o 1º Cartório Notarial. António José de Freitas comentou ainda as declarações de Alexis Tam, agradecendo a vontade de utilizar o espaço para um serviço social, mas questionou a disponibilidade para o pagamento da renda de 800.000 patacas

■ Inês Almeida

As declarações da Secretária Sónia Chan sobre a transferência do 1º Cartório Notarial para o Centro de Serviços da RAEM, ao sublinhar que os serviços dos três cartórios da tutela da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Justiça são "idênticos", levam o Provedor da Santa Casa da Misericórdia a pensar que "a decisão já estava tomada há muito tempo", bem como a lamentar novamente a opção do Governo.

Em relação à inclusão de um qualquer serviço social naquele local, sugerida por Alexis Tam, António José de Freitas apresenta algumas reservas. "Agradeço que pelo menos já haja uma reacção da parte do Secretário, mas isto tem muito a ver com as receitas da Santa Casa. Em princípio, os serviços sociais não poderão ser rentáveis. Estará o Secretário disposto a pagar a renda de 800.000 patacas por mês?", questionou, em declarações ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU.

Mesmo que o Governo não queira despendar esse valor, a Santa Casa da Misericórdia poderá explorar outras oportunidades. "Já tenho uma proposta para fins comerciais, de uma empresa local. Não se trata de comes e bebes nem nada disso. Será um ramo de comércio que não vai pôr propaganda nem anúncios na fachada", garantiu António José de Freitas.

"Depois de a situação do cartório ter vindo a público, alguém me abordou a dizer que estava interessado independentemente de o negócio correr muito bem ou muito mal. Disse que estava disposto a pagar a renda como forma de também contribuir para a Santa Casa", explicou o Provedor.

"Posso garantir que ficou assente com



Provedor questiona disposição do Governo para pagar a renda de um serviço social no espaço do 1º Cartório

o interessado que a fachada não poderia ser usada para coisa alguma e vamos considerar a proposta, naturalmente. Ela vai ser discutida na mesa directora, porque a decisão não depende apenas do Provedor", frisou, sem adiantar prazos para a conclusão das negociações.

O próprio Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura salientou na sexta-feira que, ao abrigo da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, não é permitido colocar qualquer objecto promocional, incluindo cartazes de publicidade, no edifício da Santa Casa uma vez que tal poderia afectar a aparência do edifício que integra a lista do Património Mundial. Alexis Tam afirmou ainda que

o IC irá prestar "total atenção" ao plano de utilização futura da Santa Casa, por forma a "proteger o património cultural".

Na escolha da Irmandade pesará a questão do pagamento da renda. "Isto tem muito a ver com a sobrevivência da Santa Casa, em termos de receitas. Um serviço social, em princípio, poderá não ajudar tanto nas receitas", destacou o Provedor. "Precisamos de meios para funcionar. Não vou reduzir os salários dos trabalhadores. Se um dia a Santa Casa não tiver condições financeiras para pagar os salários, os funcionários vão bater à porta do Governo", acrescentou.

A título de exemplo, António José de Freitas explicou que as despesas da Santa Casa da Misericórdia excederam 48 milhões de patacas em 2015, sendo que o Instituto de Acção Social paga um subsídio avaliado em 15 milhões. "Temos quase 150 trabalhadores, distribuídos pelo lar, por uma creche com 258 crianças e o centro de reabilitação de cegos que é frequentado diariamente por 80 invisuais. Só em ordenados pagamos quase 35 milhões. É muito dinheiro. Em energia pagamos dezenas de milhares de patacas. Isto não é brincadeira", sublinhou.

Entre as despesas da Santa Casa está incluído ainda o pagamento das pensões aos antigos funcionários do hospital de S. Rafael. "Depois do encerramento do Hospital de S. Rafael, em 1974, ficámos com a responsabilidade de pagar as aposentações todas do pessoal que estava lá, incluindo as pensões de sobrevivência. Estamos também a cuidar dos viúvos e das viúvas desses trabalhadores até ao final da vida deles. Isto é uma obrigação social", explicou o Provedor.

António José de Freitas recordou ainda que o 1º Cartório Notarial é o único espaço da instituição que está arrendado ao Governo. "E, repito, é muito mau a Santa Casa ser a primeira vítima desta política de austeridade. Tenho sido abordado por pessoas, maioritariamente da comunidade chinesa, e ninguém percebe como é que isto aconteceu".

Por esse motivo, o Provedor considera que a atitude do Executivo demonstra "uma completa falta de consideração para com uma instituição que vai fazer 447 anos daqui a uns dias". "A Santa Casa não merece este tipo de tratamento depois de tudo o que fez pelo bem-estar da população, e eu não devo favores a ninguém para estar onde estou. Fui eleito", rematou.